

Freud e a memória do futuro

Freud and the memory of the future

Eduardo ROZENTHAL*

SOCIEDADE DE PSICANÁLISE IRACY DOYLE (SPID/BRASIL)

RESUMO

Neste artigo, por um lado, sigo o movimento da teoria freudiana que permite associar-lhe o pensamento da *memória do presente*, organização significativa baseada nas diferenças entre traços mnêmicos. Descrevo, antes, a convergência entre as proposições psicanalíticas e a tradicional *memória do passado*, que consiste na reprodução passiva do que foi objetivamente percebido. Finalmente, acompanho os enunciados freudianos sobre o primado do afeto, onde a memória do imemorable abre as portas do futuro à subjetividade. Conservando seus efeitos na estruturação simbólica, a compreensão da *memória do futuro* libera uma descrição mais singularizada do processo de subjetivação em psicanálise.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Subjetividade. Subjetivação. Percepção. Representação.

*Sobre o autor ver página 109.

ABSTRACT

In this article, on the one hand, I follow the movement of Freudian theory in order to understand its association with the thought of the memory of the present, significant organization based on the differences among mnemonic traces. Before that, I indicate the psychoanalytical propositions that merge with the traditional memory of the past, passive model that consists of the reproduction of what was objectively perceived in the past. Finally, I follow Freudian arguments about the primal importance of the affect (force, drive), based on the argument that the memory of the immemorial times opens the doors of the future to subjectivity. Keeping its effects in the subjective symbolic organization, the understanding of the memory of the future frees a more singular description of the process of “subjectivation” in psychoanalysis.

KEYWORDS: *Memory. Subjectivity. Subjectivation. Perception. Representation.*

Para Margô**1 Introdução**

Para o pensamento freudiano, a questão da memória é crucial. Não se trata de uma determinada propriedade da subjetividade, entre outras, as quais Freud procurará descrever no seu trabalho de compreensão do processo de subjetivação. Desde os primórdios de sua obra, nos trabalhos conhecidos, respectivamente, como *Carta 52* e *Projeto*, Freud admite que a memória consiste na própria estrutura do inconsciente e do “aparelho psíquico” (FREUD, [1895] 1895; [1896] 1979).

É também a memória que permitiria a associação fundamental entre psicanálise e linguagem. Não é à toa que Freud ([1891] 1983) nomearia o psiquismo, antes de chamá-lo de aparelho psíquico, de “aparelho de linguagem” e de aparelho de memória. Para Freud, a memória – e a subjetividade – se conforma como um conjunto de “signos”. De acordo com o psicanalista, a memória se “inscreve” psiquicamente por meio de “múltiplos” registros, isto é, segundo diversas modalidades de signos, os quais viriam a sofrer constantes “transcrições”. Com efeito, a noção freudiana

de “traduções” contínuas entre os vários conjuntos de signos remete ao processo de subjetivação como uma dinâmica de funcionamento regida pelas regras de uma linguagem (FREUD, [1896] 1979).

Sem sombra de dúvida, a especificidade da teoria psicanalítica da memória nos textos do início do seu percurso, afasta Freud das teses que, desde a Antiguidade, postulam o isomorfismo entre a percepção, a representação e a realidade. Tradicionalmente, a memória era vista como reprodução, certamente menos nítida do que a realidade da percepção, dos fatos passados, como postula a antiga teoria empirista do armazenamento ou dos “engramas” (ROSENFELD, 1994).

Em contrapartida, Freud aproxima-se de uma segunda tradição a respeito da memória que, descendente da filosofia cartesiana, viria a encontrar solo fértil nas proposições de William James. Para estas ideias, as quais, de resto, não configuram o que se poderia designar como uma verdadeira linhagem de pensamento, a memória equivale a uma organização psicodinâmica, de caráter criativo. Deixando de constituir um modelo de reprodução do que foi percebido, onde a percepção se registra, se conserva para, finalmente, ser evocada, a memória se torna, então, construção da realidade. Afastando-se da memória como reedição esmaecida do passado, esta passa a dirigir-se para o presente, sendo o seu atributo central a dotação de novos significados – atuais – para os traços já inscritos (ROSENFELD, 1994).

Entretanto, o aprofundamento do caráter afetivo da subjetividade, em detrimento da hegemonia da linguagem e das leis da representação, acabaria por dirigir a memória em psicanálise para além do presente. Deste modo, afastada das duas tradições referidas, a concepção de memória em psicanálise alcançaria, afinal, a singularidade a que se poderia denominar memória do futuro.

Neste ensaio, pretendo, por um lado, delinear o movimento compreendido pela teoria freudiana, que permite, considerados os atributos específicos dos conceitos psicanalíticos, associar-lhe o pensamento da memória do presente. A partir daí, acompanharei o seguimento das teses de Freud, até que, diante do incremento dos enunciados sobre o afeto, a

memória torna-se memória do futuro. Não deixarei, tampouco, de registrar, primeiramente, a convergência das proposições de Freud e da tradicional memória do passado, isto é, como processo de índole estática e passiva, baseada na semelhança entre representação e percepção.

2 Memória de traço

Muito embora jamais tenha apresentado uma teoria completa da memória, desde os textos iniciais, Freud considera que memória e consciência se opõem (FREUD, [1895] 1979). Pertence, ainda, aos primeiros ensaios, a hipótese da inscrição dos traços mnêmicos em modalidades diferenciadas de sistemas psíquicos. A combinação destas características exige que se considere que a memória em psicanálise não se estrutura pela semelhança com o percebido, não dizendo respeito, de modo primordial, ao objeto externo ou aos fatos passados na sua objetividade. A memória não se ligaria, principalmente, à consciência. Ao contrário, para Freud, a memória estaria centrada no inconsciente.

De fato, desde os trabalhos intitulados *Sobre as afasias* ([1891] 1983) e *Projeto para uma psicologia científica* ([1895] 1979), Freud se coloca em consonância com os atributos do caráter criativo e de construção da realidade que a memória possuiria. As primeiras descrições atestam que a memória se efetua sobre elementos que mudam constantemente: memória de diferenças, e não de qualquer identidade imutável que se repete a cada percepção^{1 2}. A memória para Freud não consiste, por conseguinte, numa “faculdade” cuja função seria a de, pelo reconhecimento de situações pregressas de ameaça, contribuir para a preservação da vida. A contrapelo das teorias evolutivas da adaptação da espécie, é o prazer que está em jogo³. Em suma, para Freud, a memória é memória de traço mnêmico, e sua matéria-prima são o movimento e a diferença.

¹ Cf. Freud ([1895] 1979).

² Para comentários a respeito do texto de Freud sobre as afasias e sobre o “Projeto”, articulados à questão da memória, indico GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 134 a 138, GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 31 a 40 e 44 a 62 e GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 3**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 178 a 179.

³ Ver Freud, S. “Proyecto de psicología”, parte 12, 1895.

Vejam, a respeito, a construção freudiana da memória, que corresponde à “genealogia” do desejo⁴. A compreensão da dinâmica do desejo abrange o interesse de Freud pelos *pressupostos* do funcionamento da subjetividade. Ao dedicar-se, no começo do seu percurso teórico, a estudar o processo de produção da subjetividade, Freud (1895) afirma que os cuidados maternos se configuram como “ação específica”. Trata-se da necessária intervenção externa, imprescindível à dissipação da tensão das necessidades fisiológicas infantis, uma vez que o infante seria incapaz de fazê-lo por si.

Ao saciar-lhe a fome, os “cuidados” deixariam, como legado, um “traço mnêmico”, isto é, o rudimento da memória. A este, estaria ligada a primeira sensação de prazer infantil. Tal prazer, contudo, pela condição mesma da sua originalidade, enquanto prazer seria incomparável e, por conseguinte, vivenciado como satisfação absoluta.

Os enunciados freudianos propõem, finalmente, a definição do desejo, que não é mais do que a tentativa do infante, diante do retorno da tensão biológica da fome, de reinvestir aquele traço mnêmico, no intuito de restabelecer a sensação primordial de satisfação total. O desejo se vê, portanto, intrinsecamente associado à memória, e o nome dado por Freud a tal re-investimento é “alucinação” (FREUD, [1895] 1979, p. 364).

A partir de então, o grande problema teórico que se coloca para o psicanalista é o de compreender como o infante distinguiria entre a realidade e a alucinação. O que está em jogo, desde os primórdios, é a questão da memória, isto é, quais seriam os pré-requisitos para o funcionamento da subjetividade que permitissem estabelecer a distinção entre a representação subjetiva da realidade propriamente dita, a da “realidade psíquica”, e, afinal, a da alucinação.

3 Memória do passado

Ao revés da originalidade apresentada de início, nos ensaios subsequentes, pelo menos até o ano de 1914, Freud iria referir-

⁴ A respeito do método genealógico, ver Foucault, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. cap. II.

se à memória como um processo psicológico de reprodução dos acontecimentos em sua materialidade factual (FREUD, [1893/1895] 1986). Isto se deve ao fato de que Freud propõe sua concepção de memória no interior de dois modelos diferentes de subjetividade. Em meio às agruras dos começos, o pensamento freudiano pretendia descrever a constituição da subjetividade como movimento contínuo de criação. Com efeito, nos primeiros ensaios, Freud tinha como foco de preocupação intelectual, ainda que na ausência dos conceitos que efetivamente o auxiliariam, as pré-condições do funcionamento do inconsciente.

Não obstante esta determinação primordial, tal empenho “genealógico” se transformaria em face do trabalho – mais urgente – de descrição do inconsciente enquanto sistema psíquico. Este seria o interesse central do novo modelo de subjetividade construído pelos enunciados de Freud, os quais acabariam por reduzir e legar à biologia os pressupostos para o funcionamento subjetivo. Só bem mais tarde, a partir dos anos 1920, o empenho genealógico, que admitia o movimento de criação e a repetição de diferenças como as condições da produção do inconsciente, viria a ser retomado. Nesta última etapa, os conceitos de pulsão de morte⁵, de isso⁶ e de angústia automática⁷ balizariam o caminho do psicanalista.

Pois bem, após a proposta inicial da memória de traço mnêmico, de caráter primordialmente inconsciente e criativo, Freud viria a aproximar a memória em psicanálise e os respectivos enunciados empiristas. Depois de enunciar a memória como construção da realidade, ligada, prioritariamente, ao prazer, e não aos fatos percebidos, o pensamento freudiano viria a convergir com as teorias da memória enquanto armazenamento. A proposta de Freud e Breuer do “método catártico” para o tratamento da neurose é claro exemplo dessa nova inclinação⁸.

A estratégia clínica da catarse assenta sobre o conceito de “ab-reação” do afeto. Nos *Estudos sobre a histeria*, Freud declara que a “reação” do doente frente ao trauma só teria um efeito plenamente catártico

⁵ Ver Freud ([1920] 1986).

⁶ Ver Freud ([1923] 1986).

⁷ Ver Freud ([1926/1925] 1986).

⁸ Ver Breuer e Freud ([1893/1895] 1986).

se se tratasse de uma “reação adequada”, ou seja, ab-reação⁹. Por tal expressão, o nosso autor reconhece “toda a série de reflexos voluntários e involuntários em que... se descarregam os afetos”¹⁰.

A hipótese de Freud prossegue com a admissão de que “o ser humano encontra, na linguagem, um substituto da ação”¹¹. A conclusão desse encaminhamento é que a reação adequada para o alívio do sofrimento neurótico corresponde à lembrança da materialidade do trauma que adoecera o sujeito. Rememora-lo, isto é, colocar em palavras o trauma que invadira a subjetividade inadvertida seria, afinal, superá-lo. A cessação dos sintomas seria o efeito que se lhe associaria¹².

Durante toda esta etapa de sua obra, Freud afirmaria, buscando lastro na biologia, que, estruturalmente, o eu possui um caráter não sexual e racional (FREUD, [1911] 1986). Entre o eu e o recalçado sexualizado, dá-se o conflito psíquico, tendo a sexualidade inconsciente a capacidade de desvirtuar o eu do *saber* que lhe concerne. Seria, em suma, o potencial natural, que, em última análise, teria dotado o eu da competência inata da rememoração da objetividade do trauma. Na medida em que a influência da sexualidade sobre a estrutura biológica e racional do eu arrefece, as representações recalçadas podem ser rememoradas, aliviando, afinal, o sofrimento.

Quando o analisante, submetido à prática interpretativa do analista, for capaz de produzir as representações da lembrança da verdade material do trauma que, na infância, o invadira, tal saber será a condição da ab-reação do afeto, diminuindo, finalmente, o padecimento. Em suma, como estratégia central do tratamento analítico, o saber racional a respeito de si – saber de si –, fundado na memória factual, seria o operador primordial de subjetivação. Nesta medida, o eu deveria encontrar-se, mais e mais, intelectualmente fortalecido no processo de análise¹³.

Para este modelo de subjetividade e respectiva clínica analítica, haveria uma representação absoluta de verdade, correspondente à

⁹ Ver Breuer e Freud ([1893/1895] 1986).

¹⁰ Ver Breuer e Freud ([1893/1895] 1986).

¹¹ Ver Breuer e Freud ([1893/1895] 1986).

¹² Ver Breuer e Freud ([1893/1895] 1986).

¹³ Ver Freud ([1914a] 1986). Este viés de leitura das teses de Freud se constituiria como um dos marcos centrais para os enunciados da “psicologia do ego”.

memória da verdade material do trauma. Por meio da interpretação do analista, seriam retificadas as representações egoicas que haviam sido distorcidas pela sexualidade inconsciente até que, afinal, dita verdade tornaria a cintilar como a estrela originária que ilumina a identidade do eu do analisante.

Sendo assim, ao contrário dos primeiros postulados teóricos, a psicanálise viria a endossar a concepção de memória do passado e a propor uma clínica da rememoração do evento traumático pregresso, na sua objetividade. O interesse inicial de Freud na economia da constituição da subjetividade como criação se veria sobrepujado pelo pensamento tópico do inconsciente e seus princípios e pela dinâmica do funcionamento psíquico, através do conflito entre a sexualidade inconsciente e o eu da razão universal. Neste último contexto, os pressupostos para o funcionamento do psiquismo seriam considerados da ordem da natureza ou da biologia.

Freud observaria, entretanto, que o método catártico não funciona em todos os casos tratados. A bem da verdade, a catarse obteria sucesso em bem poucas situações analíticas. A contrapelo da proposta desta técnica, comunicar ao paciente a representação traumática “esquecida” ou recalçada, de um modo geral, acabaria por intensificar o sofrimento, causando um recrudescimento do recalque¹⁴. Somente com os ensaios produzidos a partir de 1920, Freud viria a recuperar os postulados do início, redirecionando, então, o foco de suas preocupações. Em seu auxílio, viriam, agora, as novas teses da economia da força pulsional sem possibilidade de representação e da dinâmica da angústia automática.

4 Memória do presente

Entretanto, antes dos ensaios dos anos 1920, cuja atenção retorna ao interesse inicial da constituição da subjetividade como criação, a partir da diferença, e após a etapa da memória do passado, uma nova compreensão do funcionamento psíquico seria concebida por Freud. O respectivo modelo de subjetividade, ainda que com o mesmo centro

¹⁴ Ver Freud ([1914a] 1986, p. 157). A respeito das contradições envolvidas no processo da ab-reação do afeto, recomendo Schneider, M. **Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud**. São Paulo: Escuta, 1993, Parte II, cap. 3.

de gravidade anterior, ou seja, com foco na descrição do inconsciente enquanto sistema, adquire, não obstante, um novo contorno teórico. Delineando-o a partir do texto de 1914, no qual o conceito de narcisismo será introduzido (FREUD, [1914b] 1986), firmando-o, mais e melhor, nos trabalhos contidos na grande síntese metapsicológica do ano seguinte, Freud renova o pensamento do funcionamento psíquico. Como consequência, a concepção de memória seria inteiramente reformulada.

No interior desse novo modelo, o que se valoriza é, prioritariamente, a dimensão alteritária da subjetividade. A partir de então, não se poderia, sequer, cogitar a respeito do funcionamento do psiquismo em psicanálise, sem a consideração da prevalência do encontro entre sujeitos. A existência de um estado anterior, onde um eu originário e isolacionista, de caráter biológico, possuiria o brilho infinito da verdade absoluta, se mostrava, agora, como impensável.

Não está presente “desde o começo... uma unidade comparável ao eu”, Freud alegaria, então (FREUD, [1914b] 1986, p. 74). Para a efetividade da subjetivação, tornara-se indispensável admitir a presença – permanente – do Outro¹⁵, enquanto elemento constituinte do psiquismo. Originário seria o encontro, mas não o eu. O eu seria até mesmo considerado como produto do encontro. A dimensão erógena do encontro daria ensejo à constituição de um eu atravessado, de fio a pavio, pela sexualidade – e “desde o começo”.

Com efeito, a partir de 1914, o eu viria a perder a autonomia estrutural que possuía, e a sua identidade, unidade e coesão se veriam *sempre* articuladas à fantasia inconsciente de desejo sexual. Não haveria mais o potencial inato do eu que lhe outorgaria o dote natural de rememorar a objetividade do fato traumático. A nova concepção de subjetividade implicaria a perda do caráter psíquico da verdade absoluta da realidade factual. O saber de si se desvia de seu lugar de universalidade, associado agora, intrinsecamente, às vicissitudes da sexualidade do encontro, não fazendo mais qualquer sentido a proposta clínica da rememoração das representações do trauma infantil, considerado como tendo havido de fato. A “realidade psíquica” adquirira a primazia.

¹⁵ O (grande) Outro é aquele que designa, *a priori* ou simbolicamente, o lugar da subjetividade.

Os enunciados da psicanálise atestariam, agora, que toda e qualquer representação consciente sofre a mediação determinante do inconsciente. Atravessada, de forma inexorável, pelo desejo inconsciente, dita representação consciente não poderia, jamais, corresponder à semelhança do percebido. Não haveria mais rememoração dos conteúdos inconscientes, tendo esta sido deslocada para as relações ao pré-consciente. A representação se modula, prioritariamente, pelo desejo e suas vicissitudes, e não, pelas regras de semelhança à percepção.

As teses de Freud viriam, assim, valorizar a dimensão da realidade do desejo ou realidade psíquica, deslocando, de forma crucial, a sólida naturalidade, objetividade e racionalidade do mundo. Para o pensamento psicanalítico, não mais se coloca a existência do objeto independente do sujeito e de seu desejo. Decorre daí a desconcertante afirmação de Freud de que o processo inconsciente é “menos incognoscível que o mundo exterior” (FREUD, [1915a] 1986, p. 167).

Com efeito, a representação não diz respeito a nenhuma identidade universal imutável do objeto, que, repetindo-se a cada percepção, outorgaria, à representação, o seu fundamento. Não seria, tampouco, a semelhança ao objeto natural, que, pela ordem da razão, organiza as representações subjetivas. Seria, até mesmo, antes, como dessemelhança, que estas seriam concebidas. Deslocada de qualquer que seja a origem natural, a representação psíquica torna-se, no interior do pensamento freudiano, “representação-coisa”, e não representação *de* coisa (FREUD, [1915c] 1986, p. 207).

Eis que Freud está mais perto da tradição da memória como organização psicodinâmica de cunho criativo. Não sendo mais reprodução atenuada dos fatos ocorridos no passado, a memória seria, então, construção do presente pela via de novos sentidos que se atribuem àqueles, na atualidade do presente. Trata-se, ainda, da representação e da linguagem pela qual os traços recebem novos significados. O presente torna-se re-significação de traços. O afeto se desliga de uma representação para ser investido em outra.

Quando a dimensão social da subjetividade passa a ocupar o lugar de prevalência do processo de subjetivação, ou seja, diante do potencial

do encontro e da sexualidade, o eu perde o acesso privilegiado ou direto à realidade. Sem possibilidade de rememoração de uma pretensa representação originária, o novo modelo freudiano viria a propor a consideração clínica de que a interpretação é infinita.

Ao invés de acessar uma representação, finalmente consciente, lembrança de um evento suposto verdadeiro, seria preciso, agora, interpretar e reinterpretar, indefinidamente. De interpretação em interpretação, é o encontro analítico, denominado transferência, que se aprofunda. Na análise, a fala de uma subjetividade a outra que a escuta seria admitida, em seus efeitos de significação. Não se busca mais o objetivo clínico de aprimorar o saber de si do analisante ou da revelação da verdade material do trauma que o adoecera.

Define-se a nova direção do tratamento analítico. A interpretação que visa à substituição semântica das representações sintomáticas constitui-se como estratégia central. Pela via de renovados recalamentos, a interpretação analítica intenta a produção de novos significados ou sentidos, cada vez, provavelmente, menos dolorosos para o eu. Não é outro o trabalho da interpretação. Encetando novos recalques, as insistentes interpretações do analista irão, gradativamente, liberando o eu da pressão afetiva, por meio da oferta de outras e outras representações, cada vez mais em sintonia com a identidade e as unidades semânticas egoicas.

A memória seria, então, memória do presente, posto que a interpretação do analista se lançaria, agora, ao trabalho infindável, sempre atual, sobre os fantasmas inconscientes. Uma interpretação levaria a outra, sem nunca chegar à rememoração do suposto acontecimento recalado, causador do trauma. O caráter inconsciente e fantasmático tornava-se, então, inesgotável, posto que haveria um “recalado originário”, não passível de se tornar consciente (FREUD, [1915b] 1986, p. 143).

5 Memória do futuro

Sem a ancoragem, que se expressa pela representação originária do fato traumático objetivo, ou seja, diante da interpretação ilimitada, o

território operativo da representação em psicanálise dava claros sinais de que, ele sim, havia alcançado o limite. É, então, que o interesse de Freud retorna à intuição dos começos, lançando-se na direção da dinâmica do que seria nomeado, só agora, de “além”. A impossibilidade de encontrar um limite da interpretação, isto é, de determinar uma origem da cadeia de representações, apontava para o “além do princípio de prazer”, isto é, para a dimensão da força sem representação ou do afeto puro em psicanálise.

Era o momento de descrever e compreender a dinâmica do que se passa no limite do funcionamento da subjetividade e do recalque propriamente dito. Desviando o foco teórico, este migraria, do interesse central pela ordem das representações, para a valorização primordial do afeto. Não é por acaso que Freud viria a referir-se a este período do seu trabalho como “primado do afeto” (FREUD, [1924/1924] 1986, p. 55).

Sendo assim, este movimento de construção do saber psicanalítico responde à necessidade de dilatação da teoria psicanalítica. A propósito, a respeito do movimento epistemológico de construção teórica da psicanálise, - ou de qualquer outro saber - Freud estava bastante advertido. De fato, não lhe escapa o objetivo central de sua obra que seria o de descrever o processo de subjetivação em psicanálise, determinando-o, cada vez mais, em sua especificidade (FREUD, [1915c] 1986, p. 113).

Neste momento de seu percurso, a contribuição do pensador é a de propor as condições da produção do psiquismo ou os pressupostos do seu funcionamento. Com esse deslocamento de foco, a pesquisa freudiana, na verdade, amplia o seu escopo. Para tanto, Freud insere o estudo sobre o funcionamento da subjetividade no interior do campo dilatado pelos pressupostos correspondentes. Trata-se, em última análise, de compreender o “aparelho de memória” na singularidade do respectivo processo de subjetivação, englobando o advento e o funcionamento da subjetividade.

No texto do *Projeto*, a despeito da ausência dos conceitos fundamentais cunhados somente nos anos 1920, já aí se podia apreciar a descrição freudiana da representação psíquica da realidade, fundada no pressuposto de uma “função” constante. Para Freud, o investimento

de desejo alcança o “complexo” de traços mnêmicos “neurônio *a* + neurônio *b*”. Contudo, a percepção aponta para “neurônio *a* + neurônio *c*” (FREUD, [1895] 1979, p. 373). Com este argumento, Freud assegurava que havia determinada função constante que associa, em um único e mesmo processo, a percepção da realidade e a realidade psíquica do desejo (FREUD, [1895] 1979, p. 379). A representação subjetiva mantém um ingrediente sempre idêntico como condição do vínculo permanente entre percepção e desejo.

Anos depois, Freud atestaria o caráter de tal função. Os enunciados freudianos viriam a afirmar, formal e categoricamente, que a representação psíquica seria, antes de mais nada, representante da força corporal contido na pulsão (FREUD, [1915c] 1986, p. 117). Preparava-se, assim, o caminho para os textos seminais dos anos 1920. Afinal, em 1920, o psicanalista propõe o conceito de afeto puro ou força sem representação, a qual constituiria um “fragmento de atividade”, uma “exigência de trabalho” de subjetivação. A chamada “pulsão de morte” impulsional, continuamente, a subjetividade na direção da associação entre o desejo e a representação da realidade (FREUD, [1920] 1986).

Um pouco mais adiante, após dita proposta, que se associara ao conceito de isso e à concepção abrangente de angústia automática, Freud retoma, finalmente, a antiga aporia enunciada no *Projeto*. No texto “A negativa”, do ano de 1925, os argumentos freudianos debruçam-se, agora bem embasados, sobre a velha questão da distinção entre representação da realidade, por um lado e, por outro, a realidade psíquica e a alucinação. Chama-se “função do juízo” a possibilidade de tal discriminação, subdividindo-se aquela em juízo de atribuição e juízo de existência (FREUD, [1925] 1986, p. 254-256). Desse modo, Freud seguia adiante na pesquisa das características que singularizam o processo de subjetivação em psicanálise, apresentando, deste, novas – e mais abrangentes – descrições.

Pois bem, neste ensaio, o autor supõe que “a percepção não é um processo puramente passivo” (FREUD, [1925] 1986, p. 256). Para que se institua o “exame de realidade”, Freud reafirma o caráter de atividade

da força. Por outro lado, para que se represente a realidade material, o psicanalista insiste na imperiosidade da perda da satisfação absoluta como sua condição. Não se trata, portanto, de “encontrar” um objeto, antes de qualquer coisa, “objetivo”, isto é, de representar, passivamente, aquilo que foi percebido. A subjetividade não se submete, inerte, à realidade material. A inversão freudiana se enuncia, pois, pela proposta da percepção como “reencontro”. No exercício subjetivo da percepção, prevaleceria a atividade da força (FREUD, [1925] 1986, p. 255-256).

Neste novo contexto, afasta-se a concepção de memória do passado enquanto reprodução passiva da materialidade do fato pretérito. Estamos longe, também, pura e simplesmente, da memória do presente, que, baseada no princípio de prazer, estabelece a atribuição de significados desejanter, pela via da associação destes à representação atual da realidade. O que se coloca, agora, é a memória como condição da dita associação entre desejo e percepção, memória esta que se produz como atividade do afeto “purificado” de qualquer representação, além do princípio de prazer.

Ao responder ao comentário de Jean Hyppolite a respeito do texto freudiano que ora nos ocupa, Jacques Lacan dirá que o mais importante no ensaio de Freud é a proposta de que aquilo “que ficou excluído no tempo primeiro” conserva os seus efeitos na “estruturação discursiva” (LACAN, 1987, p. 368). Este seria o caráter do “reencontro” que constitui a percepção. Para que esta se efetive enquanto tal, uma determinada modalidade de memória, além do princípio de prazer, deverá *já* estar presente como condição da subjetivação. A inversão freudiana indicaria que, ao sujeito, cabe a “escolha”, na realidade, dos objetos que se sustentem, simbolicamente, desta memória, da qual se deve dizer que se acha fora do tempo.

Ao contrário, a alucinação seria fruto do surgimento subjetivo de tal memória sem tempo, quando esta não “reencontra” a representação ou o traço mnêmico. A alucinação seria uma espécie estranha de reencontro sem encontro. A alucinação surge, exatamente, no lugar do encontro faltoso. Para Lacan, alucinação seria o “eco imaginário” enquanto resposta subjetiva a tal situação de falta ou de perda (LACAN, [1954]

1987, p. 376). Sobre a expressão de fenômenos desta mesma ordem, o psicanalista francês refere o “*déjà vu*”. Para ele, em toda rememoração há um caráter extratemporal que remete não para o passado, nem para o presente, mas, sim, para o que é “não idêntico”. O *déjà vu* indicaria, assim, que o sentimento de realidade e o sentimento de irrealidade são o mesmo fenômeno.

Se a rememoração do presente desaparece; se, por algum motivo, o texto simbólico, abruptamente, se interrompe, o silêncio correspondente deixa transparecer a memória de um tempo imemorable (LACAN, [1954] 1987, p. 375-376). Abrindo as portas do futuro, tal tempo imemorable é tempo que não passa, mas é o que faz o tempo passar. A memória deste extratemporal não é do passado, nem, propriamente, do presente, sendo a expressão “memória do futuro” a que lhe é mais apropriada. Implícitas na compreensão posterior do processo de subjetivação, as teses sobre a memória do futuro permitem uma descrição mais singularizada do processo de subjetivação em psicanálise.

REFERÊNCIAS

BREUER, J.; FREUD, S. Estudios sobre la histeria. In: _____. **Obras Completas**, v. II. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 45-194. Edição original: 1893-1895.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, S. **Contribution à la conception des aphasies**: une étude critique Paris: PUF, 1983. Edição original: 1891.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1979. p. 335- 454. Edição original: 1895.

FREUD, S. Carta 52. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1979. p. 281-287. Edição original: 1896.

FREUD, S. Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico. In: _____. **Obras Completas**, v. XII. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 217-232. Edição original: 1911.

FREUD, S. Recordar, repetir y reelaborar (nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II). In: _____. **Obras Completas**, v. XII. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 145-157. Edição original: 1914a.

FREUD, S. Introducción del narcisismo. In: _____. **Obras Completas**, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 65-98. Edição original: 1914b.

FREUD, S. Lo inconciente. In: _____. **Obras Completas**, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 153-207. Edição original: 1915a.

FREUD, S. La represión. In: _____. **Obras Completas**, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 135-152. Edição original: 1915b.

FREUD, S. Pulsiones y destinos de pulsión. In: _____. **Obras Completas**, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 105-134. Edição original: 1915c.

FREUD, S. Más allá del principio de placer. In: _____. **Obras Completas**, v. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 3-62. Edição original: 1920.

FREUD, S. El yo y el ello. In: _____. **Obras Completas**, v. XIX. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 1-66. Edição original: 1923.

FREUD, S. Presentación autobiográfica. In: _____. **Obras Completas**, v. XX. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 1-77. Edição original: 1925 [1924].

FREUD, S. La negación. In: _____. **Obras Completas**, v. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 249-258. Edição original: 1925.

FREUD, S. Inhibición, síntoma y angustia. In: _____. **Obras Completas**, v. XX. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 73-82. Edição original: 1926 [1925].

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 2.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 3.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LACAN, J. Respuesta al comentario de Jean Hyppolite sobre la *Verneinung* de Freud. In: _____. **Escritos 1.** México: Siglo Veintiuno, 1987. p. 366-383. Edição original: 1954.

ROSENFELD, I. **A invenção da memória.** Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1994.

SCHNEIDER, M. **Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud.** São Paulo: Escuta, 1993.

*Recebido em abril de 2013.
Aprovado em maio de 2013.*

SOBRE O AUTOR

EDUARDO ROZENTHAL é Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. É psicanalista; membro da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID); professor do Centro de Ensino, Pesquisa e Clínica em Psicanálise (CEPCOP), do Instituto de Psicologia e Psicanálise da Universidade Santa Úrsula; autor de artigos em revistas especializadas e de capítulos de livros nacionais e estrangeiros; coorganizador do livro *Psicanálise: uma prática teorizada*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud: SPID, 2007; paracerista *ad hoc* da revista “Cadernos de Psicanálise” do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ); palestrante na França e nos EUA.
E-mail: rozen@infolink.com.br